

**AO JUÍZO DA Xª VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E
SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXX**

Processo nº: XXXXXXXXXX

Ação de revisão de alimentos

Fulano de tal, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, pela Defensoria Pública do xxxxx, vem, a este Juízo, apresentar

RÉPLICA

em face de **FULANO DE TAL**, menor impúbere, representado por sua genitora, **FULANO DE TAL**, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, cumpre asseverar que a Defensoria Pública do XXXXXX foi intimada para apresentar a réplica em X/X/X. Considerando a prerrogativa do prazo em dobro, o seu termo final ocorrerá em X/X/X. Portanto, tempestiva a presente réplica.

DOS FATOS

Trata-se de ação de revisão de alimentos proposta por **FULANO DE TAL**, em face de **FULANO DE TAL**, menor impúbere, representado por sua genitora, **FULANO DE TAL**, em que pleiteia a redução da obrigação alimentar fixada em 31,73% do salário mínimo para 15% do salário mínimo atual, tendo em vista a alteração da sua situação econômico-financeira decorrente da perda do seu trabalho e alteração da composição familiar, tem em vista que possui mais dois filhos.

Em contestação, o requerido alega que o fato de o autor ter sido demitido e possuir outros dois filhos não seria suficiente para comprovar a redução da capacidade financeira e

que a manutenção do percentual atual da pensão alimentícia não iria prejudicar sua subsistência. Afirma que o autor está trabalhando de maneira autônoma, auferindo lucro satisfatório, sem comprovar o que alega.

Eis a síntese necessária.

É indispensável informar que os fatos alegados pela ré não correspondem a verdade, conforme demonstrado a seguir.

DO MÉRITO

Mudança na situação financeira do autor: desemprego e outros filhos. Necessidades do alimentando e possibilidades do alimentante

Nos termos do artigo 1.694, §1º do Código Civil, o dever de prestar alimentos deve observar a proporção entre a necessidade do alimentando e a possibilidade do alimentante, segundo o trinômio necessidade-possibilidade-proporcionalidade:

Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

§ 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

Já o artigo 1.699 do Código Civil ressalta que, quando sobrevier mudança na situação financeira do alimentante ou do alimentando, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, a exoneração, a redução ou a majoração do encargo.

Art. 1.699. Se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo.

No mesmo sentido, a Lei n. 5.478 de 25 de julho de 1968, em seu

artigo 15, prevê a possibilidade de revisão da ação de alimentos, em face da modificação da situação financeira dos interessados.

No presente caso, houve nítida alteração da sua situação econômico-financeira decorrente de dois fatores:

- 1. perda do seu trabalho; e**
- 2. alteração da composição familiar, tem em vista que possui mais dois filhos, um com sete anos e outro com um ano.**

A parte requerida alega, em contestação, que o autor teria juntado um documento do ano de 2020, a fim de expor sua renda atual, no importe de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). No entanto, o referido contracheque não visa comprovar sua renda atual, uma vez que o autor se encontra desempregado, mas sim seu último emprego como motoboy junto à RA Comercio de Cosméticos e Perfumaria LTDA, conforme se extrai da petição inicial.

Alega, ainda, que seus gastos são da ordem de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). No entanto, em que pese as suas necessidades serem presumidas, o *quantum* alegado deve ser provado, o que não ocorreu no caso, tendo em vista que, pelos valores indicados e comprovantes de despesas juntados, não há como individualizar o que seria o gasto com a criança e o que seria a cota dos demais moradores da casa.

Por fim, a parte requerida alega que não houve alteração na situação fática, com a redução da capacidade financeira do autor, em dissonância com as evidências dos autos, tendo em vista a **situação de desemprego, bem com a existência de outros dois filhos (sendo um com nascimento após a fixação dos alimentos em favor do requerido)**

- id. XXXXXXXXXX.

Dessa forma, a fim de se ajustar a proporcionalidade entre as possibilidades do requerente e as necessidades do requerido, deve ser acolhida a presente pretensão para minorar o valor pago à parte requerida a título de alimentos.

De fato, a **possibilidade** refere-se à capacidade financeira do alimentante que, dadas suas condições pessoais, não pode cumprir o encargo no patamar sugerido, sem prejuízo do necessário à própria subsistência, uma vez que se encontra **desempregado** e possui **outros dois filhos, com os quais contribui com R\$ 150,00 para cada, ou seja, R\$ 300,00, mensalmente**. Para seu sustento e de seus filhos, presta serviço autônomos de entregas e lanternagem, sem garantia alguma, onde tem auferido renda bruta mensal de R\$ 1.500,00.

Assim, na fixação do *quantum debeat* da obrigação alimentar, **deve-se levar em consideração não apenas a dignidade de quem recebe os alimentos, mas de quem os presta**, considerando, assim, a **nova capacidade econômico-financeira do devedor**.

Já a **proporcionalidade** manifesta-se na conciliação das necessidades da parte alimentanda e da possibilidade econômica do alimentante. Tendo em vista a situação de

desemprego do autor da inicial e a obrigação de alimentar outros dois filhos, conclui-se também que não há observância da proporcionalidade, uma vez que a manutenção **do valor requerido, ainda que atenda às necessidades do contestante, é superior às reais possibilidades da parte autora, pois compromete.**

Por fim, o genitor não está alheio à obrigação de sustento do filho, todavia, o percentual solicitado refletirá na sua própria subsistência e na de seus outros filhos. Por isso, reitera os termos da inicial, **para que os alimentos sejam fixados no importe de 15% (dez por cento) do salário mínimo.**

DOS PEDIDOS

Em face do exposto, o autor reitera os termos da inicial, para que seja julgada procedente a ação, com a fixação dos alimentos em 15% (dez por cento) do salário mínimo.

Nesses termos, pede
deferimento.

FULANA DE TAL

Defensora Pública do

XXXXXX